

INSTITUTOS DE PESQUISA E ARQUITETURAS ACADÊMICAS: estratégias de gestão na produção do conhecimento*

Maria Estela Dal Pai Franco¹

medalpaifranco@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Cristina Zanettini-Ribeiro²

czanettini@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo:

Problemas emergentes que fustigam a humanidade são ressignificados na universidade, refletindo processos históricos. Eles requerem para enfrentamento, a contribuição da ciência, tecnologia e estratégias de gestão. Neste entorno se insere a universidade com tendências forjadas em processos relacionais e de produção e uso do conhecimento, como a perspectiva interdisciplinar e os novos formatos institucionais. Este trabalho objetiva identificar em políticas que regem os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), estratégias de gestão que se relacionam à arquiteturas acadêmicas para produção do conhecimento, discutindo-as na perspectiva interdisciplinar. A abordagem metodológica compreende a análise qualitativa/quantitativa, atendendo procedimentos de: 1) escolha documental conforme adequação temática; 2) caracterização de políticas ligadas aos INCTs; 3) configuração estatística dos INCTs; 4) análise documental e identificação de categorias; 5) problematização de resultados na perspectiva multi/interdisciplinares com ênfase em interfaces universitárias. Os INCTs foram projetados como estratégia agregadora e fomentadora de pesquisas na fronteira da ciência e em áreas básicas para o desenvolvimento sustentável. Os resultados mostram que o INCT é uma arquitetura acadêmica com estratégias de gestão e arranjos institucionais, também estratégicos, por conectarem campos disciplinares. Três categorias de estratégias de gestão foram identificadas: a de formatos institucional (is) orientada para a gestão de novas arquiteturas acadêmicas de produção de conhecimento científico/tecnológico com qualidade; a composicional cuja gestão orienta-se para arranjos relacionais que compõem as arquiteturas, a de sustentabilidade que focaliza novos arranjos para a manutenção, financiamento e desenvolvimento dos INCT. As conclusões indicam que as inserções categoriais não são excludentes, pois todas as estratégias apresentam formatos institucionais, arranjos composicionais e qualificativos para a sustentabilidade. Outrossim, a possibilidade de diálogos multi/interdisciplinares nos espaços de conhecimentos dos INCTs os situam como estratégicos para produção do conhecimento e de novos formatos institucionais.

Palavras-chave: Políticas de C&T, Universidade, arquiteturas acadêmicas e produção do conhecimento

* Trabalho vinculado ao eixo "Organização acadêmico-institucional e formação", parte do projeto "Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil" (OBEDUC/CAPES/INEP nº20346/2012), coordenado pela Profa. Dra. Deise Mancebo (UERJ).

¹ Professora Titular, DC Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1. INTRODUÇÃO

Os graves e emergentes problemas que se mostram para a humanidade têm incidido sobremaneira na universidade. São problemas climáticos, sociais, geopolíticos e em grande escala, econômicos, cujos laços constitutivos derivam de trajetórias de embates, exclusões e pressões do/pelo poder e pela conquista de espaços que o constituem. Neste contexto, a educação superior de um modo geral e a universidade em especial, pelo seu entorno de compromissos e responsabilidades são vistas como espaços propulsores no enfrentamento de problemas e busca de soluções, tendo no cerne a produção e a socialização do conhecimento, o que lhes tributa força estratégica. É uma perspectiva semelhante às colocações sobre o conhecimento e economia, propostas por Robertson (2009) ao ressaltar que a “educação superior é vista como um motor para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento; as políticas, os programas e as práticas da educação superior são cada vez mais cooptados e dimensionados por interesses políticos e econômicos geoestratégicos mais amplos” (p.407). A verdade é que os problemas que fustigam a humanidade e a universidade são por ela ressignificados, refletindo processos históricos ao longo dos quais foram forjados.

A universidade em suas responsabilidades caminha *pari passu* com as tendências que incidem sobre a educação superior, marcando sua razão primeira de ser: a produção e o uso do conhecimento. São muitas as tendências forjadas em processos relacionais e de produção e uso do conhecimento. Nos últimos anos, duas parecem profícuas na geração de estratégias de gestão ligadas à produção do conhecimento: a perspectiva interdisciplinar e arquiteturas acadêmicas que podem corroborar para o cumprimento dos compromissos institucionais.

Neste contexto o trabalho objetiva identificar em políticas que regem os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), estratégias de gestão que se relacionam à arquiteturas acadêmicas para produção do conhecimento, discutindo-as na perspectiva interdisciplinar.

Os INCTs foram projetados para alcançar metas ambiciosas relacionadas à articulação e agregação da pesquisa em áreas de fronteira da ciência e estratégias para o desenvolvimento sustentável, assim como, estimular e desenvolver a pesquisa científica e tecnológica. Assim, os próprios INCTs são expressão de nova “arquitetura acadêmica” criada como estratégia de gestão,

concretizada em distintos arranjos universitários, cuja identificação e discussão conceitual e de práticas, sob o eixo condutor da perspectiva interdisciplinar, pode revelar estratégias de gestão.

2. DIRECIONAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A constatação inicial de que os INCTs foram projetados como estratégia agregadora e fomentadora de pesquisas na fronteira da ciência e em áreas básicas para o desenvolvimento sustentável, reforça a escolha da abordagem metodológica. Ela compreendeu a análise qualitativa, atendendo a escolha documental sob o critério de adequação temática, caracterização de políticas ligadas aos INCTs e configurando-os com dados estatísticos. Acrescenta-se a análise documental para a identificação de categorias e problematização de resultados na perspectiva interdisciplinares com ênfase em interfaces universitárias.

Algumas expressões linguísticas nominam direções, ações e processos, que transcendem conceitos ou práticas especializadas. Elas compõem o espaço da produção do conhecimento, estando irremediavelmente ligados, independente do que a eles subjaz. É o caso de expressões como Estado, Políticas Públicas de C&T e Inovação, Políticas Educacionais, Regulação, Governança, Gestão e Estratégias de Gestão para nominar alguns, dos construtos que iluminam este trabalho. A literatura é pródiga em produções que ressaltam tais laços, cada qual com posições político-ideológicas e epistêmicas próprias (Ferreira e Aguiar, 2000; Bittar e Oliveira, 2004; Clark, 2004; Slaughter e Rhoades, 2004; Sander, 2005; Feldfeber y Oliveira, 2006; Bianchetti e Sguissardi, 2009; Morosini, 2011; Philippi Jr e Silva Neto, 2012; Apple, Ball e Gandin, 2013). Nelas está imbricado o papel do Estado, no movimento de provedor para regulador, cujos elos-políticas, governo, gestão expressam a materialização do poder constituído.

Sob esse entendimento a concepção de ciclo de política (Bowe et. al., 1992; Apple, Ball e Gandin, 2013) delimita a discussão dos INCTs sob três eixos: o contexto de influência, perpassando conceitos dominantes e estratégias de marketing; o contexto de produção de texto, cujos pronunciamentos o discurso administrativo e técnico, que traduz influências e prevalência da interpretação hegemônica, criticada quando não atenta valores ético-morais; o contexto da prática, no qual as políticas educacionais estão à mercê de interpretações e recriações dos indivíduos, ressaltando seus entendimentos. Essa abordagem é importante, pois destaca a “{...} natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.” (Mainardes, 2006,

p.49). Acrescentam-se os níveis de regulação (Barroso, 2006) que transcendem regulamentos e são indicativos de controle de observância, explícitos ou implícitos.

No que diz respeito à análise dos INCTs, entendidos como política científico tecnológica, valem as considerações acima, tendo presente que no âmbito local, é que se abrem as possibilidades para a gestão imprimir novos arranjos que atendam peculiaridades. Para tais políticas é adequada a perspectiva de que o processo político-administrativo é contextualizado, e por meio dele a prática social da educação- e acrescenta-se, da ciência - é organizada, orientada e viabilizada, mostrando que a gestão está intimamente ligada às políticas públicas no campo educacional, pois “{...} a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando aspectos concretos às direções traçadas pelas políticas.” (Bordignon e Gracindo, 2000, p.147). A gestão, não é unívoca e os seus sentidos dependem de posturas epistêmicas, do entorno e do objeto visado. A diversidade na compreensão dessa prática deriva do fato de que a dimensão organizativa das instituições e das práticas sociais humanas é perpassada pela complexidade e contradições da sociedade, onde se ligam a gestão a política, o planejamento e a avaliação.

A gestão “{...} está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiem processos de participação social: na formulação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação” (Luce e Medeiros, 2006, p. 18). As autoras apontam a importância da garantia de presença dos diferentes atores e os processos de internacionalização que impõem novos padrões em todas as esferas da vida humana coletiva, formalizada e individual.

A gestão diz respeito ao pensar e fazer a universidade, no sentido de sua finalidade – ciência e educação –, a qual lhe confere condição de peculiaridade como instituição social. Compreende o planejamento institucional estratégico do plano de Desenvolvimento Institucional. (Luce e Medeiros, 2006). Sob a linha dos pensamentos enunciados infere-se a gestão estratégica, vendo-a “*consubstanciada na organização acadêmica*”, no caso dos INCT em seus vínculos com a universidade e “*formalizada em programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão*”, viabilizadores dos institutos em pauta.

Nesse conjunto conceitual, cabe acrescentar a idéia de estratégia, pois a própria política pode ser entendida enquanto tal. Ratifica-se, assim a concepção de ciclos de políticas, cujos descritores permitem inferir possíveis estratégias de gestão. Dessas colocações infere-se que a

adequação documental critério analítico desse trabalho, com foco nas estratégias de gestão que se relacionam a arquiteturas acadêmicas para produção do conhecimento, oriundas dos INCTs, buscam a inserção dos elementos, metas, políticas e sequencias de ação (Mintzberg et. al., 2003, p. 179) para construção teórico-metodológica e que as políticas que convergiram para a criação dos INCTs e os movimentos para sua implantação e expansão são reveladores de ciclos políticos plenos de estratégias de gestão.

Tal inferência advém do documento “Orientação para o Programa Institutos Nacionais de C&T”, que traça os princípios e requisitos para constituição de um Instituto. O “Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação- Principais Resultados e Avanços 2007-2010,” trata a partir de quatro prioridades estratégicas, os resultados dos primeiros anos de ações e estratégias, entre esses os INCTs, para ciência, tecnologia e inovação, direcionando as ações. (PACTI, 2010).

Essa linha de pensamento converge para os movimentos que incidem sobre as políticas e a gestão que delas derivam. A universidade, no entorno da sociedade do conhecimento, sofre pressões num movimento de regulações transnacionais, nacionais e locais, o que é ressaltado por Barroso (2006) e exemplificado por Cerdeira ao constatar que as pressões da sociedade levam as instituições a se abrirem e mudarem, caso da cultura de prestações de contas (*public accountability*) com maior enfoque na boa gestão e transparência. “[...] o aumento da pressão externa colocou a premência de se introduzir nas instituições uma política activa de procura de qualidade, dando-se uma importância crescente às relações entre as instituições de ensino superior e a sua envolvente externa.” (Cerdeira, 2012, p.89).

As arquiteturas acadêmicas são modalidades organizacionais associativas de orientação formativo-científica, concebidas e implantadas como potencialmente indutoras de qualidade na Educação Superior, com critérios de referência estabelecidos, tendo a pressuposição de um processo de aferição de resultados implícito e/ou explícito. (Franco e Morosini, 2012).

O próprio INCT é uma arquitetura acadêmica na qual emergem estratégias reveladoras de arranjos institucionais para produção do conhecimento. Tais arranjos são estratégias, também reveladores de estratégias de gestão para que ocorra a produção e o uso do conhecimento.

3. RESULTADOS

Os resultados permitem a leitura em distintas “letras”, a da regulação e a inferencial.

A letra da regulação traz para consideração políticas brasileiras de C&T, em especial o documento de orientação para o Programa Institutos Nacionais de C&T e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação Principais Resultados e Avanços 2007-2010, que retrata a atual conjuntura política da área, tendo como características, parcerias do MCT com outros ministérios, agências governamentais e setor privado; e a letra inferencial destaca categorias construídas no processo analítico, relacionando o contexto, criação e o desenvolvimento dos INCTs, com a universidade.

3.1 Políticas brasileiras de C&T: a letra da regulação

O aperfeiçoamento de ações e a implementação de políticas, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, áreas consideradas estratégicas, são medidas que trazem implicações econômicas, políticas, sociais e educacionais. Para a UNESCO (2013) “eleger ciência, tecnologia e inovação como uma escolha estratégica para o desenvolvimento do país implica priorizar investimentos nesse setor, para recuperar seu atraso e avançar aceleradamente na geração e na difusão de conhecimentos e inovações, em especial quanto à sua incorporação na produção. Significa também advogar em prol da importância da ciência e tecnologia como fator de integração das demais políticas de desenvolvimento do Estado”.

As políticas que contextualizam os INCTs são voltadas quase que exclusivamente, para as áreas de ciência, tecnologia e inovação. Nota-se a preocupação de que essas políticas estejam em consonância com as demais políticas do Estado. Assim, torna-se relevante a articulação dos ‘instrumentos do PACTI com os da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); da política de saúde, expressa pelo programa Mais Saúde: direito de todos; do Plano de Desenvolvimento da Agropecuária (PDA) e do Plano de Aceleração do Crescimento da Infraestrutura. (PACTI, 2013, p.10). Nessa articulação, novos domínios políticos são compreendidos e resultam em novas ações políticas.

Percebe-se que o agir político voltado às áreas de ciência, tecnologia e inovação, traça uma trajetória de busca de ampla participação, uma vez que “concebido como elemento do conjunto do Programa de Governo, mobiliza e articula competências e ações de todo o Governo Federal em cooperação com os governos estaduais, distrital e municipais e outros atores.” (PACATI, 2001, p. 9).

3.2 Categorias estratégicas de produção do conhecimento nos INCTs: a letra inferencial

O processo analítico assentou-se em princípios de análise de conteúdo e enquanto tal, fez uso de excetos escolhidos sob o critério da adequação temática (caráter estratégico de gestão para a produção do conhecimento), organizados na perspectiva de convergências, também temáticas, base para a identificação categorial

Três categorias de estratégias de gestão foram identificadas nesse processo: a de formatos institucional (is) orientada para a gestão de novas arquiteturas acadêmicas de produção de conhecimento científico/tecnológico com qualidade; a composicional cuja gestão orienta-se para arranjos relacionais que compõem as arquiteturas, a de sustentabilidade que focaliza novos arranjos para a manutenção, financiamento e desenvolvimento dos INCT.

a) Categoria estratégica de formatos institucional de arquiteturas acadêmicas de produção de conhecimento científico/tecnológico com critérios de qualidade: esta categoria fundamenta-se na introdução/criação de um formato e ou modalidade institucional, indutor (a) de produção de conhecimento.

Os INCTs surgem como uma nova forma de fazer pesquisa, sendo a universidade uma das suas principais bases. Esta nova arquitetura acadêmica de produção de conhecimento oferece possibilidades de formação, interdisciplinaridade, inovação e empreendedorismo, (...), e envolve, dentro da comunidade acadêmica, os alunos, professores, pesquisadores, gestores e demais atores envolvidos nas pesquisas. Para a universidade, o surgimento desta arquitetura, renova sua relação com o saber e proporciona a execução de novas ações frente às tecnologias e aos desafios sociais e ambientais.

A configuração dos INCTs aproxima-se das ideias de Clark (2004) ao mostrar que os impactos das tecnologias de informação, dos fenômenos da globalização e da internacionalização guinaram a forma de fazer pesquisa na universidade e esta tende a se reorganizar gradualmente para responder às novas demandas governamentais, industriais e de grupos sociais.

b) Categoria estratégica composicional: fundamenta-se em novos arranjos relacionais que compõem uma arquitetura acadêmica. Nos INCTs são identificadas 3 estratégias composicionais: os arranjos articuladores com a universidade, os quais foram aqui analisados; os arranjos articuladores com setores governamentais, como agências de fomento; e os arranjos articuladores com o setor privado, ou seja empresas.

Redes, grupos e laboratórios de pesquisa, são arranjos relacionais ligados a universidade, e constituem estratégias composicionais dos INCTs. No documento de orientação, cada instituto

é constituído por uma entidade sede e por uma rede de grupos de pesquisa organizados regional ou nacionalmente. A entidade sede deverá demonstrar que tem capacidade de alavancar recursos de outras fontes e dispor de espaço físico e infra-estrutura que possibilitem uma caracterização visível do INCT. (DOPINC&T, 2008).

Os arranjos relacionais ligados a universidade, são vinculados a gestão do conhecimento e expõem parcerias que a universidade tem com setores públicos e privados, sugerindo assim o aumento da capacidade competitiva (Zanettini-Ribeiro, 2013) o que contribuiria para a qualidade, inovação e formação.

Cabe mencionar que a produção do conhecimento oriunda destes arranjos, incentiva a perspectiva interdisciplinar, no ensino e na pesquisa, contribuindo na disseminação de práticas transversais e nos avanços científicos.

c) Categoria estratégica de sustentabilidade: a categoria fundamenta-se em formatos de suporte para manutenção e desenvolvimento do instituto, no sentido de recursos financeiros e de manutenção da inovação.

No âmbito do sistema de ciência e tecnologia desde a constituição dos institutos, os recursos advêm da articulação do governo federal com agências de fomento, sobressaindo “{...} os recursos advindos do CNPq, FINEP, CAPES, Petrobrás, BNDES, Ministério da Saúde, e fundações estaduais de amparo à pesquisa, entre outros” (DOPINC&T, 2008, p.1). Segundo o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia “a complexidade da ciência e a atual dimensão do Sistema Nacional de C, T&I requerem que sejam adotados esquemas flexíveis de financiamento à pesquisa, à semelhança do observado em outros países, onde uma verdadeira árvore hierárquica de unidades de Pesquisa.” (PACATI, 2010, p.10).

Três ordens de ações estão relacionadas às estratégias de sustentabilidade: I. ações de formação discente e docente orientadas para o avanço da competência nacional nas respectivas áreas; II. ações de empreendedorismo e competitividade, com melhoria em instalações e laboratórios de instituições de ensino, pesquisa e empresas; III. ações de qualidade, que visa a excelência da pesquisa. Essas organizações devem direcionar suas estratégias para ações interdisciplinares estruturadas, principalmente nas áreas de pesquisa, o que contribui para o crescimento sustentável, amplifica sua capacidade de inserção e potencializa a construção de novos conhecimentos.

4. CONCLUSÃO

É inegável o avanço do pensamento estratégico nas políticas e gestão da universidade pelo que ela representa de possibilidades no direcionamento de ações e interesses dos envolvidos. Neste entorno, o trabalho objetivou identificar em políticas que regem os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), estratégias de gestão que se relacionam a arquiteturas acadêmicas para produção do conhecimento, discutindo-as na perspectiva interdisciplinar.

O conhecimento científico, mote dos INCTs é uma produção humana e social, historicamente situada, com diálogo entre pares possibilitado por distintas arquiteturas ou arranjos. (Franco et. al., 2013).

Os resultados da análise são compatíveis com o que Nóvoa (2012) ressalta nas direções da Universidade: a reorganização dos cursos, rompendo com a excessiva especialização e os novos modos de organização do trabalho derivados de novas exigências. Em ambas as direções infere-se a presença de arquiteturas acadêmicas uma que focaliza as possibilidades de diálogo entre disciplinas e outra que sinaliza arranjos institucionais, contemplando modos organizativos exigidos pela introdução de novos processos e responsabilidades.

Os INCTs são arquiteturas acadêmicas com estratégias de gestão e arranjos institucionais, também estratégicos, por conectarem campos disciplinares. As estratégias de produção do conhecimento que emergem dos institutos convergem para categorias de gestão estratégica. São elas as de formatos institucionais, composicionais e de sustentabilidade. Acrescenta-se que os resultados reforçam inserções categoriais não excludentes, pois as estratégias tendem a apresentar formatos, arranjos composicionais e qualificativos para a sustentabilidade. Assim, a inserção numa dada categoria estratégica não é exclusiva, pois depende do olhar e da perspectiva de análise adotada. Os descritores que qualificam as estratégias são classificados por sua prevalência e, em certos casos, são explicitadas as características que os tornam presentes em mais de uma categoria.

Outro resultado a destacar é a possibilidade de diálogos multi/interdisciplinares nos espaços de conhecimentos dos INCTs o que os situa como estratégicos para produção do conhecimento e surgimento em novos formatos institucionais.

Fica também nítido, ao longo da análise que toda a estratégia tem de forma explícita ou subsumida, uma face de formato institucional e uma de sustentabilidade o que merece aprofundamento em estudos subsequentes.

Há, é verdade, uma quase omissão nominativa da expressão *perspectiva interdisciplinar*; ela subjaz, no entanto, em direções e estratégias de gestão e políticas que lhes suportam. Fortalecê-la passa por mudanças estratégicas de formatos e sustentabilidade com,

“{...} mais mundo, mais liberdade, mais conhecimento. *Mais mundo*, uma maior abertura da universidade à sociedade. A consciência nítida de que não há universidades nacionais {...}. *Mais liberdade*, das pessoas e das instituições, independência e afirmação do espírito crítico, {...}. *Mais conhecimento*, numa perspectiva de ligação entre o ensino e a ciência, de centralidade da investigação na universidade {..}” (Nóvoa 2012.p.3).

REFERÊNCIAS

- APPLE, M.; BALL,S. J.; GANDIN, L. A.(2013). *Sociologia de Educação - análise internacional*. Porto Alegre: Penso Editora Ltda.
- BARROSO, J. (Org.)(2006). *A regulação das Políticas Públicas de Educação-espacos, dinâmicas e actores*. Coimbra: Imprensa de Coimbra Ltda.
- BIANCHETTI L.; SGUISSARDI,V.(2009). *Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. São Paulo: Autores Associados.
- BITTAR , M.; OLIVEIRA, J. F.(2004). *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&Editores/ Anpae.
- BORDIGNON,G. ; GRACINDO, R. V.(2000). Gestão da educação: o município e a escola. In: N. S. C FERREIRA.; M. A. S. AGUIAR, (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. (pp.147-176) São Paulo: Cortez.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A.(1992). *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.
- CLARK, B.(2004). *Sustaining Change in Universities: continuities in case studies and concepts*. New York: Open University.
- CERDEIRA, L.(2012). Os Desafios da Gestão do Ensino Superior: algumas Tendências e Tensões. In: CUNHA M. I.; BROILO C. L.(Orgs). *Qualidade da Educação Superior: Grupos Investigativos Internacionais em Diálogo*. Série Qualidade da Educação Superior. Obeduc CAPES/INEP.(Vol.5., p. 79–98) Araraquara/SP: Junqueira&Marin.

DOPINC&T.(2008). *Documento de Orientação do Programa Institutos Nacionais de C&T*. Brasília: MCT,. Recuperado em 05 de setembro, 2013, de http://memoria.cnpq.br/editais/ct/2008/docs/015_anexo.pdf

FELDFEBER, M.; OLIVEIRA , D.A.(2006). *Políticas educativas y trabajo docente. Nuevas regulaciones? nuevos sujetos?* Buenos Aires: Noveduc.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR., Márcia A. da S. (Orgs.).(2000). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*.(p.147-176) São Paulo: Cortez.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa.(2012) *Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior: movimentos indutores*. In: Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n° 28, p. 175-198, jan./abr. 2012.

FRANCO, M. E. D. P.; RUBIN, M. O.; LONGHI, S. M.;KRAHE, E. D .(2013). *Production of knowledge and institutional formats: succession of challenges and advances in higher education.*) In: XXXI International Congress LASPAU, May29-June3 , Washington DC - EUA.

GONÇALVES, A.(2006) *O Conceito de Governança*. Recuperado em 8 de outubro, 2013, de <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>

LUCE, M. B.; MEDEIROS , I. L. P. (2006). *Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

MAINARDES, J. (2006). Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. *Revista Educação e Sociedade*.(Vol.27,n.94,jan/abr.p.47-69) Campinas.

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J., QUINN, J. B., GHOSHAL, S. (Org.). (2006). *O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados*. Porto Alegre: Bookman.

MOROSINI, M. C.(org.)(2011).*Qualidade na Educação Superior: reflexões e práticas investigativas*. Série Qualidade da Educação Superior, v. 3. Obrduc CAPES/ INEP P.Alegre,Edipucrs, Disponível <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/edipucrs/Capa>.

NÓVOA, A.(2012). Entrevista concedida a Lucíola Licínio de C. P. Santos. *Educação & Sociedade*. (v.33, n.119 Abr./Jun.) Campinas. Recuperado em 10 de setembro, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200016

PACATI. (2007). *Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – Principais Resultados e Avanços, 2007 – 2010*. Recuperado em 9 de setembro, 2013, de http://www.mct.gov.br/upd_blob/0021/21439.pdf

PHILIPPI Jr., A.; SILVA NETO, A. J. (Eds.). (2011). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole.

ROBERTSON, S. L. (2009). O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? *Revista Brasileira de Educação*. (v. 14, n. 42 set./dez., p. 407) Rio de Janeiro.

SANDER B. (2005). *Políticas públicas e gestão democrática da educação*. Brasília/ DS: Liber Livro Ltda.

SLAUGHETR S.; RHOADES G. R. (2004) *Academic Capitalism in the New Economy: Markets, State and Higher Education*. Londres: The Johns Hopkins U Press.

UNESCO. (2013). *Políticas em ciência e tecnologia no Brasil*. Recuperado em 10 de agosto, 2013, de <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/science-and-technology/science-and-technology-policy/>.

ZANETINI-RIBEIRO, C. (2013). *O espaço da interdisciplinaridade no contexto de pesquisa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia da Região Sul do Brasil*. Projeto de Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.